

Esquerda

Nº 32 | 50 CÊNTIMOS | DEZEMBRO 2008 | MENSAL

JORNAL DO BLOCO DE ESQUERDA | WWW.ESQUERDA.NET

PROFESSORES NÃO DESISTEM.

Em oito meses, duas manifestações gigantescas juntaram 100 e 120 mil docentes, seguidas de uma greve também ela histórica. Apesar da insistência do governo no ataque aos professores e à escola pública, os professores não cedem. PAG. 2 E 3



ORÇAMENTO 2009: PARA QUE TUDO FIQUE NA MESMA



O OE 2008 não responde à crise económica, nem reverte o quadro de estagnação e desigualdade em que se encontra a economia portuguesa. PÁG. 4

VOOS DA CIA PARA GUANTÁNAMO



Um grupo de eurodeputados, entre os quais Miguel Portas e Ana Gomes, questionam a Comissão Europeia e lutam pelo esclarecimento da verdade. GLOBAL



MANIFESTAÇÃO PROFESSORES LISBOA

PROFESSORES À VELOCIDADE DA LUZ

TEXTO DE MIGUEL REIS. FOTOS DE PAULETE MATOS.

A extraordinária mobilização dos professores portugueses não encontra paralelo no tempo e no espaço. Em oito meses, duas manifestações megalómanas juntaram 100 e 120 mil docentes, seguidas de uma greve também ela histórica. Pela primeira vez na vida, foram muitos os que vieram para a rua gritar. Uma classe profissional totalmente unida e disposta a defender a dignidade da escola pública até às últimas consequências. Sabem que a razão está do seu lado e essa evidência é tão forte ao ponto de decidirem desobedecer a uma lei injusta. Em cada escola, os professores suspendem este modelo de avaliação, dispensando a autorização do governo, mesmo contra todas as intimidações e ameaças. Em primeiro lugar colocam o interesse dos alunos e da causa pública.

A esta energia inédita não são alheias as novas formas de comunicação proporcionadas pela internet ou pelas mensagens de telemóvel. A socialização, à velocidade da luz, das experiências de luta, contagia os lugares mais remotos. Uma dinâmica imparável que ultrapassou os

sindicatos, ainda presos às formas mais tradicionais de fazer política. A marcação da agenda combativa circulou pelos blogues (o mais concorrido, "a Educação do Meu Umbigo", tem mais de 20 mil visitas diárias) ou por novos movimentos cansados de esperar e que também fizeram da net o seu instrumento. Os sindicatos quase sempre chegaram atrasados e foram corrigindo o tiro.

No início do mês de Setembro propagou-se na internet o desabafo dos professores então sufocados na escola pela burocracia imensa. Um desabafo feito proposta na marcação da manifestação de dia 15 de Novembro, ao que os sindicatos, literalmente entalados, responderam com o anúncio de um protesto semelhante para uma semana antes. O gesto não foi bonito e os professores não gostaram. Previa-se uma divisão inconciliável. Felizmente, foi possível a união em torno da manifestação sindical, que só assim conseguiu juntar 120 mil professores na rua, no dia 8 de Novembro, uma data memorável. Mas a história não acabou

aí: uma semana depois, 15 mil professores voltaram às ruas sem um único dedo dos sindicatos e da sua logística, mostrando a viabilidade de agendas e protagonistas alternativos.

Fervilha a luta dos professores em cada escola, na rua, na blogosfera. O governo percebeu o alcance dos novos meios de comunicação e dirigiu um e-mail intimidatório a cada professor, pressionando-o para a capitulação através do preenchimento dos objectivos individuais numa aplicação informática. Mas esta astúcia chegou atrasada: como peixes na água, os professores navegaram na net não para ceder ao governo mais sim para juntar forças contra ele. Assim, a desobediência continuou em cada escola.

Estas novas formas de organização e de luta colectiva, ancoradas em novos meios de comunicação e informação, são uma lição e um desafio para ser levado muito a sério por todos aqueles que aspirem à transformação social no século XXI. Aqui, os professores foram os primeiros.

Quem se seguirá?

POR QUE NÃO FUNCIONA O MODELO DE AVALIAÇÃO IMPOSTO PELO GOVERNO?

:: **É ALTAMENTE BUROCRÁTICO**, sem comparação com outras profissões. Os professores são obrigados a considerar várias dezenas de itens, desdobrados em fichas e grelhas de dimensões exageradas, participando ainda em múltiplas reuniões necessárias à formulação dos instrumentos de avaliação. A perda de tempo, energias e recursos, prejudica o investimento na qualidade nas aulas e no acompanhamento dos alunos.

:: **OS RESULTADOS DOS ALUNOS** contam para a avaliação dos professores. Ora, esta medida tem tanto de injusta como de perversa. Injusta porque por melhores que sejam os professores nunca poderão evitar o insucesso e abandono escolar que radicam noutras causas. E perversa porque pode promover a inflação artificial das notas dos alunos para protecção do próprio professor. De referir que o governo deixou cair esta medida apenas durante este ano lectivo, dado que acredita na sua justeza e viabilidade para os anos seguintes.

:: **EM MUITOS CASOS**, os professores avaliadores não são da mesma área científica que os professores avaliados. Ou seja, podem existir professores de educação física a avaliar docentes de Inglês. O governo recuou nesta matéria, permitindo que um professor requiera outro da mesma área científica como seu avaliador. Mas as escolas queixam-se de que há casos em que isso é impossível, dado a inexistência de professores titulares suficientes em algumas áreas científicas.

:: **BASEIA-SE NUM SISTEMA DE QUOTAS**, o que significa que se houver mais professores que mereçam Excelente ou Muito Bom do que as quotas disponíveis, terão que se contentar com um "bom", porque os cofres do Estado assim o ditam.

:: **ASSENTA NA DIVISÃO ARBITRÁRIA** entre professores titulares e professores não titulares, determinada pelo novo Estatuto da Carreira Docente. Os professores coordenadores de departamento e outros professores titulares avaliam os restantes professores, gerando mal-estar e desconfiança entre pares. Isto porque não há forma de garantir maior competência dos avaliadores em relação aos avaliados. Os professores titulares são aqueles que ocuparam mais cargos nos últimos anos e não necessariamente os melhores pedagógica e cientificamente.

:: **É UM MODELO** que assenta na competição entre professores, promovendo cotadas e disputas de poder dentro das escolas. Em nada promove a cooperação entre docentes para a melhoria das aprendizagens dos alunos.



A AGENDA ESCONDIDA DO GOVERNO

CARLOS DIAS



Quando questionada por que motivo se aplicava em Portugal um modelo de avaliação inédito em toda a Europa, Maria de Lurdes Rodrigues respondeu que os outros países europeus não têm o mesmo problema que Portugal. Mais tarde, num programa televisivo, o secretário de Estado Jorge Pedreira esclareceu: este modelo de avaliação de desempenho dos professores serve para resolver o problema das elevadas taxas de insucesso e abandono escolares existentes no país (?). Afirmarões que não surpreendem, vindas de um governo que elegeu como origem de todos os males do sistema educativo português os professores, caluniados como absentistas, desleixados e incompetentes. Se o aluno tem más notas, a culpa é tão só do professor que não é avaliado com rigor.

Há aqui uma dupla obsessão: os professores demonizados e a garantia de resultados a todo o custo. Por isso se explica o ataque à classe profissional mais respeitada pela generalidade dos portugueses e por isso se compreende também a tentativa de produzir sucesso escolar meramente estatístico. O governo quer fazer da escola uma empresa, com resultados líquidos favoráveis no final do ano e com funcionários obedientes,

hierarquizados, que se vigiam uns aos outros e competem entre si. Com chefes e súbditos, decisões centralizadas e cadeias de comando que garantam o sucesso no papel. Porque é do papel e da imagem que este governo se alimenta.

De fora fica o que interessa: equipas de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, menos alunos por turma, apoio ao ensino especial, acompanhamento dos alunos com mais dificuldades, apoios sociais de monta aos alunos mais desfavorecidos, mobilização das competências dos professores para projectos colectivos e cooperativos de escola, orientados para o verdadeiro sucesso dos alunos.

Sobre isto esta equipa ministerial nada diz. Interessa-lhe salvar a face e chegar às eleições clamando em alto e bom som que conseguiram avaliar os professores. Mesmo que ao recuarem, tenham abandonado o cerne de qualquer modelo de avaliação sério: a vertente científico-pedagógica. Na verdade, o que sobra deste modelo de avaliação é uma farsa, apenas útil como arma eleitoral.

O governo não quer combater o insucesso e o abandono escolar. Prefere fingir e cuidar da imagem. Só que o tiro saiu-lhe pela culatra, barrado pela imensa mobilização dos professores. Que sirva de lição.

EDITORIAL

CARLOS SANTOS

2008: UM ANO DE CONFRONTO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O ANO DE 2008 começou com as manifestações das populações contra o encerramento das urgências na saúde. Anadia, Vouzela, São Pedro do Sul e outras vilas do país foram notícia pela movimentação das suas populações que defendiam a saúde pública e o Serviço Nacional de Saúde, contra a fúria de encerramentos do governo. No final de Janeiro, o ministro dos encerramentos foi remodelado. Passados uns meses Correia de Campos, o ministro remodelado, confessava em livro que as urgências hospitalares ficaram mais sobrecarregadas com doentes e também que as taxas moderadoras foram criadas para preparar a opinião pública para o pagamento dos cuidados de saúde.

No entanto, Sócrates manteve a ministra da Educação, a segunda ministra mais contestada, devido à sua incompetência e às suas sucessivas medidas contra os professores e a Escola Pública. E, ao longo do ano, as manifestações de professores tornaram-se no maior protesto de uma classe profissional em Portugal. 2008 vai terminar com a educação num caos e os professores revoltados com a divisão em duas categorias inventadas, com um estatuto da carreira docente que ofende a sua dignidade, com uma avaliação de desempenho criada para os dividir e controlar.

Nas revoltas da saúde e dos professores há um traço de união: os serviços públicos. De um lado, quem os defende; do outro, um governo que pretende reduzir despesas cortando nos orçamentos sociais e para isso atacando, ofendendo e intimidando populações e os trabalhadores desses serviços, sejam professores, trabalhadores da saúde ou funcionários públicos em geral.

Actualmente, Sócrates empenha-se na defesa da ministra da educação, contra os professores, pretende reforçar a imagem de autoridade, de quem não cede perante "a rua".

Mas nos últimos meses, ficou público que a sua atitude foi completamente oposta no que diz respeito a bancos, banqueiros e negócios. O governo, que negou a crise até não poder mais, que continua a fingir que não há recessão, correu em auxílio do BCP, do BPN, do BPP. Para bancos e banqueiros não há limite de défice e os avales multiplicam-se. Para o capital deu ainda as alterações ao código de trabalho, mesmo à custa de uma cambalhota em relação às anteriores posições do PS. No último mês do ano Sócrates foi a Braga assinar um contrato que vai dar a gestão do novo hospital ao grupo José de Mello durante dez anos e a manutenção durante trinta...

Muitas pessoas e famílias estão a ser duramente atingidas pela crise e no próximo ano a situação tende a agravar-se. Com este governo e a sua política a crise vai repercutir-se em maior agravamento das desigualdades sociais, num país onde o fosso entre ricos e pobres é dos maiores da Europa.

Em 2008 a resistência à política do governo tornou-se mais massiva, em diversos sectores sociais.

Para 2009, a esperança está no desenvolvimento desses movimentos sociais, na possibilidade de se reforçarem e reforçarem a esquerda, contra um governo que assumiu a política da direita e a defesa dos seus interesses.



MINISTRO DAS FINANÇAS, TEIXEIRA DOS SANTOS, EM AUDIÇÃO NA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

OE 2009: PARA QUE TUDO FIQUE NA MESMA

O Orçamento de Estado (OE) é um documento fundamental: nele decide-se de quem/onde vêm, e para quem/onde vão os recursos geridos pelo Estado. O OE para 2009 apresentado pelo Governo não responde à crise, no máximo pretende garantir que tudo fique na mesma. [TEXTO DE GUSTAVO TOSHIKI](#)

A proposta para o Orçamento de Estado para 2009 foi apresentada diante de um cenário particularmente diferente dos anteriores. Para além deste ser o último Orçamento deste Governo e influenciar directamente o ano das eleições legislativas (até aí nenhuma grande novidade), a crise económica é sem dúvida a questão mais complexa a ser respondida.

Deixando de lado o discurso da “suspeição” sobre o cariz eleitoralista de um Orçamento para o ano das legislativas, importa lembrar que a principal análise neste momento particular deve recair sobre os resultados alcançados. Afinal, o Governo atingiu os objectivos propostos? Os portugueses

vivem melhor ou pior? A estratégia seguida até então deve ou não ser prosseguida?

Vivemos ainda um período bastante conturbado para a economia, a crise deflagrada nos Estados Unidos já tem fortes repercussões sobre o nível do produto em escala mundial e principalmente sobre o mercado de trabalho, a recessão confirma-se em todos os cantos do mundo. A mudança no discurso dos principais responsáveis do Governo pela economia é algo bastante sintomático, não há quem ouse repetir a derrotada ideia de que a economia portuguesa está sólida e imune.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que a crise pode gerar um aumento

de 20 milhões de desempregados no mundo, sendo que o número de trabalhadores que vivem com menos de 1 dólar por dia pode aumentar em cerca de 40 milhões, e com menos de 2 dólares em 100 milhões.

O debate em torno do Orçamento é um dos momentos mais importantes do ano. São muitas as variáveis em jogo que vão condicionar fortemente a vida de todos nós. No que se refere a resposta à crise, é fundamental lembrar que embora parte significativa dos “especialistas” se tenha concentrado em aspectos mais relacionados com as medidas de combate à crise tomadas no âmbito dos mercados de capitais e nas garantias de sustentabilidade

do sistema financeiro, essencialmente através da política monetária, é por via do Orçamento de Estado que se podem tomar as medidas de cariz mais estruturante e direccionadas.

Em linhas gerais pode-se pensar que o que se discute neste momento é: de quem/onde vêm, e para quem/onde vão os recursos geridos pelo Estado. Vale lembrar que o Orçamento de Estado é uma obrigação constitucional (Artigo 105.º da CRP) e o seu conteúdo deve estar de acordo com as Grandes Opções do Plano. A ideia é simples: o Governo deve deixar claro qual o cenário que espera enfrentar e qual a sua estratégia para o país, o Orçamento é a concretização destas opções.

O Orçamento aprovado no dia 28 de Novembro veio confirmar as declarações do Ministro das Finanças que afirmavam que o Governo iria prosseguir no mesmo rumo de política económica. Os fracos resultados em termos de crescimento do PIB (0,8% em 2008 e 0,6% em 2009), taxa de desemprego (7,6% neste e no próximo ano) e, principalmente, no combate à pobreza e a desigualdade, deixaram claro o falhanço da estratégia adoptada até aqui. Mesmo face ao cenário de crise, o Governo opta por manter no seu fundamental as equivocadas opções que até aqui tomaram (ver Tabela 1).

A manutenção da taxa de desemprego deve confirmar a

O BLOCO APRESENTOU MAIS DE 100 PROPOSTAS PARA O ORÇAMENTO DE ESTADO, ENTRE ELAS:

:: **INTRODUZIR** taxas progressivas sobre os prédios urbanos que se encontram devolutos, na razão directa do período de tempo que dura a sua desocupação, combatendo a retenção especulativa de imóveis.

:: **CRIAR** o Indexante dos Apoios Sociais e Novas Regras de Actualização das Pensões e outras Prestações Sociais do Sistema de Segurança Social.

:: **RETIRAR** a isenção do IMI sobre os edifícios do aparelho central do Estado.

:: **ESTABELECE** uma Bolsa de Arrendamento Habitacional colocando os imóveis devolutos há mais de um ano no mercado de arrendamento.

:: **AUMENTAR** as taxas incidentes sobre os prédios que sejam propriedade de entidades sujeitas a um regime fiscal

claramente mais favorável, como sejam os off-shores.

:: **ALTERAÇÕES** nos procedimentos de Penhora, Execução Fiscal e Notificações

:: **FAVORECER** a transferência de PPRs privados para o público.

:: **RETIRAR** Isenções Fiscais da aviação de recreio privada

:: **EXIGIR** comprovativos para deduções de despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador

:: **criação** de procedimentos que tornem efectiva a obrigação dos sujeitos passivos de IRC com estabelecimentos em mais de um município, de preencher os dados

relativos à massa salarial na respectiva declaração, por forma a possibilitar a distribuição da derrama.

:: **DEFINIÇÃO** de residente para efeitos do regime aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira.

:: **REDUÇÃO** de 70% do montante do imposto aos veículos que se destinem a serviços de «car-sharing» disponibilizados pelos serviços municipais ou intermunicipais de transporte ou pelas operadoras públicas de transportes, como forma de melhorar a mobilidade urbana.

:: **ESTENDER** a proposta de dedução a 30% no IRS para a aquisição de veículos eléctricos aos velocípedes.

:: **ABOLIR** ISP especial para barcos de recreio

OS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO PARA ARRENDAMENTO – MUITAS LACUNAS POR PREENCHER

Outra das grandes inovações anunciadas no Orçamento foi o lançamento dos chamados Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento. A ideia é permitir que as famílias que estejam com dificuldades para pagar as suas dívidas vendam as casas aos referidos fundos com redução de encargos, passando a pagar uma renda de valor inferior à sua actual prestação bancária. Embora tenha sido garantida a opção de compra de imóvel no futuro ainda pairam muitas dúvidas sobre quais serão as condições do negócio. Reconhecida a importância da questão da habitação e da grave situação de endividamento de muitos portugueses, o Bloco propõe que sejam concedidas condições de juros bonificados para desempregados de longa duração e para as famílias sobreendividadas com melhores condições de spread e prazo.

quebra da promessa do Governo de criar 150.000 postos de trabalho, a previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para Portugal é inclusive ligeiramente mais elevada do que a projectada pelo Governo 7,8%.

Os salários devem mais uma vez perder poder de compra, mesmo com o anúncio de um reajuste superior à inflação é importante lembrar que a inflação observada nos últimos anos foi sempre superior à projectada pelo Governo, e que o reajuste deste ano não repõe as perdas dos últimos anos.

Sem enfrentar com seriedade questões como a desigualdade de rendimentos, a pobreza e a precariedade, perpetua-se um dos maiores erros de política económica deste Governo e perde-se uma das principais possibilidades de combate à crise.

A flexibilização da meta do défice para 2009, que deve atingir 2,2% do PIB, um aumento de cerca de 1,1 mil milhões de euros, é uma tímida e enganosa medida de combate à crise. Na prática o que devemos observar é o desacelerar do investimento público. Como mostra o próprio relatório do Orçamento de Estado o crescimento do investimento deverá desacelerar dos 1,7% de 2008 para 1,5% em 2009. Num momento onde o investimento público é tão importante tal indicador mostra-se bastante revelador do que devemos es-

perar para o próximo ano.

Mas é ainda no modelo de investimentos onde devemos esperar o pior. A ardilosa es-

para os portugueses. Embora a aparência nos sugira o contrário, é preciso lembrar que os custos de financiamento têm

totalidade dos encargos que o Estado deverá ter com as PPP será de 685,7 milhões de euros, dos quais a maior parte com as SCUT.

Numa perspectiva mais geral sobre o Orçamento de Estado o Bloco reafirma a necessidade de mudança no rumo de política económica. Requer-se uma postura mais frontal contra as políticas de juros altos definidas pelo banco central europeu, bem como a defesa de uma flexibilização da cega política de redução do défice. Estes são pontos nevrálgicos da falhada política até aqui perseguida. É fundamental reverter quanto antes o processo de degradação dos serviços e da função pública, combatendo o entranhado discurso fatalista e desresponsabilizado.

O combate às desigualdades constitui outro dos pilares das propostas do Bloco para o Orçamento. A crise económica é mais uma momento de extrema fragilidade para o país, sendo os mais pobres sempre os mais vulneráveis ao desemprego e aos impactos da recessão. Neste momento torna-se ainda mais evidente que devemos exigir que as grandes fortunas passem a contribuir com uma maior parcela para o desenvolvimento do país e neste sentido o Bloco defende que os detentores de rendimentos superiores a 100 mil euros por ano, os beneficiários de mais-valias bolsistas ou imobiliárias superiores a 50 mil euros, e os detentores

de património mobiliário e/ou imobiliário que ultrapasse os 500 mil euros, passem a fazer contribuições especiais em IRS de 5%

O desmascarar da realidade de um sistema financeiro pouco transparente e com lucros completamente desajustados à realidade do país reforça a necessidade de se coibir estes ilícitos. O Bloco apresentou uma série de propostas que tinham como objectivo conferir maior transparência ao mercado de capitais e coibir os diversos ilícitos que têm sido revelados nos últimos tempos, todas as propostas foram chumbadas. Dentre as propostas apresentadas podemos destacar o combate aos chamados “para-queda dou-rados”, mecanismos que acabam por incentivar (através de prémios, comissões, e indemnizações aviltantes) a prática de diversos ilícitos que sobrevalorizam os resultados das empresas. Nestes casos propõe-se a aplicação de uma taxa especial de 75% em IRS sobre esses prémios e comissões, e agravar em 5% o IRC para as empresas que os paguem.

O Orçamento de Estado apresentado pelo Governo não é capaz de responder à crise económica e nem de reverter o quadro de estagnação e desigualdade em que se encontra a economia portuguesa. Na melhor das hipóteses pretende garantir que tudo fique na mes-

TABELA 01 - CENÁRIO MACROECONÓMICO

	2007	OE 2009	
		2008 (e)	2009 (p)
1. Despesa e PIB (variação em volume, em %)			
Consumo Privado	1,6	1,3	0,8
Consumo Público	0	-0,2	0,2
Investimento (FBCF)	3,1	1,7	1,5
Procura Interna	1,6	1,3	0,9
Exportações	7,5	2,4	1,2
Importações	5,6	3,4	1,8
PIB	1,9	0,8	0,6
2. Preços (taxas de variação, em %)			
Deflador do PIB	2,9	2,4	2,5
Taxa de Inflação (a)	2,5	2,9	2,5
3. Emprego e desemprego			
Emprego Total (taxa de variação, em %)	0,2	0,8	0,4
Taxa de desemprego (%)	8	7,6	7,6

Notas: (a) Medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor; (e) estimativa; (p) previsão.

Fontes: INE e Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Numa perspectiva mais geral sobre o Orçamento de Estado o Bloco reafirma a necessidade de mudança no rumo de política económica. Requer-se uma postura mais frontal contra as políticas de juros altos definidas pelo banco central europeu, bem como a defesa de uma flexibilização da cega política de redução do défice.

tratégia de investimentos via parcerias público-privado é defendida como o exemplo de eficiência e competitividade, na prática têm tido resultados pífios e são muito mais caros

do que se fossem feitos via emissão de dívida pública e que o contribuinte também deverá sentir na pele, também como utilizador. Para 2009 a



“QUEREMOS RECONHECER UM TRABALHO DE SAPA A FAVOR DA PRECARIEDADE”

João Pacheco define-se como um jornalista precário, com 27 anos e um filho recém-nascido, que desconfia à partida de qualquer Governo ou partido político, em Portugal como na Lapónia, mas compreende o papel dos Governos e dos partidos e respeita muita gente que neles participa. É membro do grupo anti-precariade Precários-Inflexíveis.

TEXTO DE JOÃO ROMÃO

Como nasceu a ideia dos Prémios Precariade?

Não podemos escamotear o papel de um homem que acabou por nos dar a ideia dos Prémios Precariade, ao chamar a atenção sobre si próprio ao ponto de ter ganho o lugar na pole position para os prémios, logo a 12 de Abril de 2008. Quem acabou por nos dar esta ideia - sem querer - foi o presidente da associação das pequenas e médias empresas, Augusto Morais. Deunos a ideia ao ameaçar mais uma vez o Governo com a chantagem do desemprego, naquele caso para conseguir que as suas pê-ême-és sofressem menos com os impostos.

Na altura fizemos um post no nosso blogue em que dizíamos que Augusto Morais já merecia um lugar entre os nomeados para um prémio que distinguisse os maiores fazedores de precariade do ano. Daí a criarmos os prémios foi um caminho óbvio.

Augusto Morais não faz parte dos nomeados este ano, mas não queremos com isso diminuir os seus esforços em prol da precariade. Apesar de se tratar de um dos dinamizadores da palavra “flexigurança” - que agora até parece que já não

está na moda... - havia mãos com ainda maior urgência em receber um Gasganete dourado.

Quais são os objectivos da iniciativa?

Queremos reconhecer um trabalho de sapa a favor da precariade que já merecia há muito uma gala com estatuetas douradas e passadeiras vermelhas. E claro que também nos interessa dar a palavra aos eleitores, sejam precários ou não. A votação é tão importante como a Gala de 13 de Dezembro e está a decorrer até dia 11 em www.premiosprecariade.net, com milhares de visitas e votantes.

Enquanto trabalhador precário, como vês as medidas de combate à precariade anunciadas pelo governo no novo Código do Trabalho?

As medidas de alegado combate à precariade deixam-me sem grande vontade de acreditar em políticos profissionais. Como é que é possível alguém ter coragem para criar e aprovar medidas que legalizam e promovem a precariade, dizendo que está a combatê-la?

Não acredito sequer que o novo código de trabalho seja aplicado na totalidade, acho que vai ser mais um conjunto de leis para ficar quase só

no papel, como acontecia há anos com o anterior código de trabalho. Continuará a ser cada vez mais a lei da selva.

Outro dia vi uma equipa da Autoridade para as Condições de Trabalho e achei muita piada. Foi na televisão, claro. Numa reportagem. Fiquei ali a pensar, em frente ao televisor, qual seria a empresa de trabalho temporário que teria feito o casting para aqueles inspectores. É que não os vemos nos sítios onde trabalham precários e onde não há equipas de reportagem da televisão.

A crise económica actual já está a afectar o emprego dos trabalhadores precários?

Claro. Há muitos trabalhadores precários a serem “dispensados”, outros vão tendo pelo contrário mais trabalho mas menos pagamento, com reduções nos honorários a partirem de cima de forma unilateral, claro.

Por outro lado, o precariado já conhece há muito essa tal “crise económica actual”. Temos sido usados como sacrifícios-humanos-de-promoção-do-desenvolvimento, haja ou não crise económica oficial. Mas como já todos terão ouvido dizer, as crises são também momentos de oportunida-

de. Neste caso, é uma boa oportunidade para falarmos de precariade, que é tanto causa como efeito da dita crise.

É uma oportunidade de votar nos melhores fazedores de precários, também.

E é uma oportunidade de

conversar, com os problemas mais nítidos à frente dos olhos. Estamos a falar com cada vez mais pessoas, estamos a chegar a mais sítios do que alguma vez imaginávamos no início dos Precários-Inflexíveis.

GASGANETES DOURADOS SERÃO ENTREGUES EM 5 CATEGORIAS



COM A ENTREGA DOS PRÉMIOS PRECARIEDADE 2008, os Precários Inflexíveis pretendem “reconhecer o mérito de alguns dos maiores responsáveis pela precariade em Portugal, através de uma votação aberta na internet” - www.premiosprecariade.net - , cujos resultados serão anunciados na Gala Prémios Precariade, a realizar no dia 13 de dezembro, no Ateneu Comercial de Lisboa.

O galardão a atribuir aos vencedores em cada categoria (“Gasganete Dourado”) pretende “reconhecer o mérito de alguns dos maiores responsáveis pela precariade em Portugal”. Serão premiados os vencedores nas categorias de “Acumulação”, “Ficção Contemporânea”, “Soundbyte” e “Sem Vergonha”. Haverá ainda lugar à atribuição do “Grande Prémio Precariade 2008”, a eleger entre os candidatos a todas as categorias em concurso.

Os nomeados estão apresentados no site dedicado ao evento e são os seguintes:

Prémio Acumulação:

Américo Amorim, Belmiro de Azevedo, José de Mello, Elísio Soares dos Santos

Prémio Soundbyte

Francisco Van Zeller, Manuela Ferreira Leite, Pingo Doce, Pedro Nuno Santos

Prémio Sem-Vergonha

Pinto Balsemão, José Sócrates, Vitalino Canas, Vieira da Silva

Prémio Ficção Contemporânea

Novas Oportunidades, Porta 65, Actividades de Enriquecimento Curricular

Autoridade para as Condições no Trabalho

Grande Prémio Precariade - Nomeados em todas as categorias



E AGORA BARROSO?

Sabia-se que um dia a verdade acabaria por vir ao de cima. Ela chegou de Espanha. Documentos ultra-secretos publicados pelo jornal El País, comprovam que José Maria Aznar, então primeiro-ministro, tinha sido avisado pela administração norte-americana e dado o seu consentimento aos voos ilegais da CIA que transportavam prisioneiros para a prisão de Guantánamo. Esta revelação levou um grupo de eurodeputados a apresentar à Comissão Europeia uma série de perguntas que querem ver respondidas. Entre esses deputados encontra-se o eleito pelo Bloco de Esquerda, que integra o GUE/NGL, e Ana Gomes, eurodeputada socialista que, contra ventos e governos, incluindo o seu, se tem batido com firmeza pelo total esclarecimento da verdade sobre os factos. **TEXTO DE MIGUEL PORTAS***

“Será que a Comissão Europeia concorda que há agora provas suficientes para reconhecer que, mesmo se os Estados-membros colaboraram no âmbito do programa de “extradições extraordinárias” sem estarem cientes de toda a sua amplitude, devem assumir a sua quota de responsabilidade por essa colaboração? A Comissão tomou algumas medidas atendendo a estes novos elementos, nomeadamente, no que concerne à averiguação da responsabilidade do seu presidente enquanto primeiro-ministro?”

Estas são algumas das perguntas que um leque alargado de eurodeputados co-

locou a Durão Barroso. Os voos ilegais da CIA nada têm de despiciendo.

Durão Barroso só chegou a presidente da Comissão Europeia porque esteve na cimeira que decidiu invadir o Iraque sem prévio consentimento das Nações Unidas. Foi essa atitude que levou os governos mais atlantistas a insistirem no seu nome. Quem o confirmou foi o próprio Martins da Cruz, seu antigo MNE.

Durão Barroso justificou-se com as informações que recebera sobre a existência de armas de destruição massiva naquele desgraçado país. Os norte-americanos informaram-no, portanto. Entre os seus defeitos não

se conta a de esconderem informação que possa ser relevante para os aliados.

Quanto estoirou o escândalo de Guantanamo, a vergonha das vergonhas das nossas democracias, Condolezza Rice insistiu sempre na sua lisura. Sem o afirmar explicitamente, garantiu que os governos europeus sabiam que voos da CIA sobrevoavam, com prisioneiros, o seu espaço aéreo e se reabasteciam nos seus aeroportos.

As negas dos governos nunca foram convincentes. Sucede que a publicação de documentos oficiais pelo El País comprova que o governo norte-americano tinha mesmo avisado Madrid e obtido o seu consentimento.

Se o fizeram com nuestros hermanos, porque se teriam olvidado de nosotros? Esta a questão que atinge os governos de António Guterres e de Barroso. Na verdade, as provas apresentadas pelo jornal espanhol reforçam as declarações de Freitas do Amaral, segundo as quais Condolezza Rice lhe teria garantido o que agora se sabe.

Luís Amado continua, entretanto, a negar e o mesmo fez o antigo MNE de António Guterres. Verdade? Na melhor das hipóteses, com ela nos enganam. O que ambos afirmam é que não conhecem documentos comprometedores nos arquivos. Mas esta é uma história que só pode acabar

mal porque, quando Obama fechar Guantánamo, a verdade virá ao de cima. Os grandes países conservam os seus papéis.

Até há dias, Durão Barroso parecia ter garantido a renovação do seu mandato. Vários governos socialistas, a começar pelo nosso, lhe prometeram apoio. Entretanto, espalhou-se na economia porque se esqueceu do que o fizera ascender - nunca tomar iniciativas sem prévio consentimento do Directório. Mas o que o pode mesmo vir a tramar é a sua relação com os factos.

*eurodeputado do GUE/NGL

MICHEL HUSSON: "CRISE PÕE EM CAUSA



DEPOIS DO CRASH

A crise económica e financeira tem reanimado, em toda a Europa, a reflexão e as análises à esquerda. Uma e outra são indispensáveis para a intervenção política em escala europeia e em particular no Parlamento Europeu, através do GUE/NGL.

Desta feita, o Global publica uma interessante entrevista com Michel Husson, economista da Attac francesa. Ele sustenta que as tendências para a renacionalização das políticas são mais fortes do que as que impelem para uma resposta europeia coordenada e dotada de verdadeiros instrumentos europeus.

ENTREVISTA DE LUDOVIC LAMANT, PUBLICADO ORIGINALMENTE POR MEDIAPART.FR

Considera, tal como o pensador americano Immanuel Wallerstein, que «o capitalismo se aproxima do seu fim»?

Eu adoptaria uma posição intermédia. Efectivamente, a grandeza da crise é tal que põe em causa a natureza do capitalismo. Contudo, sempre critiquei a ideia de uma derrocada do sistema capitalista. Não acredito num cenário de implosão.

O meu esquema de interpretação é o seguinte: os lucros aumentaram, mas os investimentos não os acompanharam. A satisfação de

uma parte crescente das necessidades sociais não interessa mais ao capitalismo, porque implica uma baixa de rentabilidade. Prefere-se, por conseguinte, não a satisfazer. De repente, a finança representa o vazadouro destes lucros, que já não são investidos na esfera da economia real.

O modo de reconhecimento das necessidades sociais tornou-se excludor, dito de outra forma, «selecciona» entre o que é rentável e o que não é. Daí a incapacidade do capitalismo

hoje fazer aquilo que fez durante cerca de trinta gloriosos anos, e que lhe garantia legitimidade: a melhoria do poder de compra.

Quando eu era estudante, explicaram-me que o capitalismo garantia o pleno emprego, o aumento do poder de compra e a ampliação do Estado social. Estas pretensões, hoje, desapareceram completamente. São um verdadeiro elemento de crise sistémica. Daí a dizer automaticamente que isto conduz ao «fim do capitalismo», não creio. Isto força

sim o capitalismo a procurar formas de reprodução socialmente cada vez mais regressivas.

A crise poderá ainda acelerar o incremento de poder dos três gigantes do Sul, o Brasil, a Índia e a China?

Efectivamente, está em vias de acontecer algo significativo: a inversão dos fluxos de capitais. É uma banalidade dizê-lo, mais ainda é difícil ter em conta todas as implicações dessa viragem. O facto de o crescimento mundial, ser de cerca de 0% no

Norte, e de 6% nos mercados emergentes. Ainda hoje, em matéria de raciocínio económico, permanecemos demasiado concentrados na tríade Estados Unidos/Europa/Japão.

Que consequências tem a crise nos países emergentes?

Esta crise deveria avançar no sentido de um crescimento mais auto-centrado nos países emergentes. Podemos fazer um paralelo com o que se passou na América Latina depois da crise dos anos 30.

A NATUREZA DO CAPITALISMO"

Foi o período dito de «substituição das importações»: assistindo à diminuição das suas exportações correntes, os países recentraram-se em si próprios.

É possível que o mesmo aconteça actualmente. Quando vemos, devido às suas muito intensas trocas com os Estados Unidos, a que ponto o México vai sofrer com a crise...

Se este mecanismo de recentramento se intensificar, terá uma importante repercussão sob o modelo China/Estados Unidos: a China não poderá garantir mais, nas mesmas proporções, os capitais que financiam o défice dos Estados Unidos. Simplificando, neste momento, os Estados Unidos compram à China, e a China aplica os seus excedentes de forma a financiar o défice americano.

Se a China se «recentrar», esta configuração deixará de funcionar, em prejuízo do crescimento americano. Evidentemente, estes são ritmos longos. Mas é certo que é nessa direcção que vamos. Talvez a crise actual vá acelerar este processo.

O euro amorteceu a crise na Europa?

É um pouco contraditório. Sem o euro, haveria uma especulação das moedas, o que iria multiplicar por dez a actual bagunça. A Espanha, por exemplo, cujo crescimento dos últimos anos foi alicerçado pelo sector imobiliário, é atingida por um défice comercial equivalente a 6 ou 7% do seu PIB. Sem o euro, este país teria conhecido uma monstruosa especulação.

A contrapartida disto, é que, desde a explosão da bolha da Internet, que a zona euro encarou de ma-

neira completamente branda a baixa do dólar. Deste ponto de vista, as consequências variam segundo os países. Mas, em certos casos, o facto de aceitarem sem nenhuma reacção as flutuações monetárias pode ter um efeito considerável sobre o crescimento.

Para os países do leste da Europa mais atingidos pela crise, o facto de não terem ainda adoptado o euro aparece hoje como uma oportunidade...

Estruturalmente, os países do leste da Europa têm tendência a ter inflação. Por razões de recuperação da sua economia, aumentam a produtividade, mas continuam a sofrer de inflação. Para estes países, o euro teria sido um espartilho que os teria bloqueado.

Para além disso, há um tema, que não é novo, mas que se está a tornar cada vez mais importante: as economias europeias, desde que aderiram ao euro, começaram a divergir, em vez de convergir. Ao encontro dos critérios de convergência de Maastricht. Falamos de novo, recentemente, da política económica alemã, que em grande medida volta a alimentar-se de parte dos mercados dos países emergentes, assim como dos seus vizinhos Europeus...

O tratado de Maastricht está morto, enterrado na avalanche de planos de relançamento nacionais na Europa?

De momento, estamos em contra-relógio. A questão é saber se os países europeus voltarão a estes critérios mais tarde. Constatamos a incapacidade de definir uma estratégia de relançamento coordenada no plano europeu, e mesmo a recusa de



MICHEL HUSSON

o fazer. Assistimos a um retorno aos Estados-nação. Os países europeus fazem, um a um, planos de relançamento. Mas há uma relutância em ir mais longe e em utilizar ferramentas europeias para o fazer.

É uma questão de pessoas?

Não. Creio que há um viés ideológico na maneira como construímos a Europa, que se traduz, por exemplo, na recusa de princípio de toda e qualquer política industrial coordenada. Seria muito útil no período que aí vem, que um orçamento europeu um pouco mais consequente fosse consagrado à implementação de programas de investimento público. E isso não colocaria em causa os fundamentos da economia capitalista...

Será que reinvestindo os lucros de forma mais massiva na economia, ficaremos precavidos contra a formação de uma nova bolha?

Mas o dinheiro que é distribuído actualmente aos bancos do sistema, é o dinheiro da próxima bolha! Actualmente, os dirigentes americanos e europeus fazem exactamente aquilo

que acusaram Alan Greenspan [antigo presidente da Reserva federal americana, de 1987 a 2006] de ter feito, ou seja, de ter inundado o mercado de liquidez, de ter baixado as taxas de juros. Se não modificarmos verdadeiramente a estrutura que alimenta a bolha financeira, voltamos a mesmo circuito.

Apoia os apelos para a implementação de um «novo Bretton Woods»?

Eu estou de acordo com a ideia de que é necessário reorganizar a finança mundial. Contudo, a ideia de que isso se possa fazer nas condições actuais parece-me errónea. Desde logo porque sou mais que céptico em relação a todos estes discursos sobre a regulação. É preciso lembrar que os recentes planos de salvaguarda dos bancos foram feitos, na maior parte dos casos, sem que se pusesse a estes estabelecimentos qualquer condição para a obtenção dos fundos.

As medidas concretas para regular a finança, quer se trate da limitação da titularização, ou da interdição provisória dos mercados de produtos derivados, não foram impostas, a quente, em plena crise, agora que a oca-

sião era perfeita.

Segunda razão. Só podemos imaginar dois sistemas monetários possíveis: um sistema que repouse sobre uma moeda dominante (por exemplo, o dólar), ou um sistema que repouse numa moeda mundial (como o Bancor que Keynes tinha imaginado no momento de Bretton Woods). Ora, estas duas vias estão hoje fechadas. Porquê? Porque o grau de cooperação entre os países, que tentam, durante esta crise, livrar-se a tempo de um negócio arriscado, transferindo para os outros os efeitos da crise, é nulo. Ou, em todo o caso, insuficiente para imaginar a implementação de uma moeda mundial, com regras precisas. Simultaneamente, não podemos mais reconduzir o dólar na sua função de moeda padrão.

A última grande consulta do género data de 1985, com os acordos de Plaza, em Nova York. Na época, os Estados Unidos impuseram, pela força, a desvalorização da sua moeda ao resto do mundo, com o objectivo de apoiar as suas exportações. Ora, esta relação de forças já não existe mais. Digamos que estamos numa situação que não tem condições suficientes para que possamos deduzir que tipo de acordo monetário internacional se poderá impor.

O que é impressionante é que as pessoas em torno de Dominique Strauss-Kahn, que põem em marcha o novo papel do Fundo Monetário Internacional, não têm nenhuma outra proposta que não seja esta. Não se entende o que propõem concretamente.

Tradução de Luísa Moreira

NÓS RECUSAMOS PAGAR A CONTA

A Conferência Eleitoral do partido da Esquerda Europeia, cujos eurodeputados integram o GUE/NGL, aprovou um documento sobre a crise económica e financeira e as respostas da esquerda. Nele se inclui uma campanha internacional, assente numa petição mundial e na multiplicação de iniciativas convergentes, pelo fecho imediato dos paraísos fiscais e pela taxaço de todas as transacções financeiras. Esta proposta, inicialmente avançada pelo Bloco de Esquerda, recolheu apoio generalizado. Eis o texto da decisão

O Partido da Esquerda Europeia apela à promoção de uma iniciativa contra os paraísos fiscais, pela taxaço das transacções de capital e para uma melhor distribuição dos rendimentos entre o capital e o trabalho.

O tsunami financeiro que nasceu do epicentro norte-americano, está a inquietar todo o mundo e pode vir tornar-se a pior crise deste século. Esta crise não é somente económica e financeira, afecta também o enquadramento legal no que respeita à orientação ideológica e moral das sociedades industriais, incluindo a ameaça à paz mundial e à coexistência de todos os povos e Estados. O mesmo se passa com as crises energética, alimentar e de consumo.

A actual crise é consequência do capitalismo de casino que se baseia numa estreita conexão entre a estrutura do mercado de trabalho e o mercado financeiro. Durante os últimos 30 anos, o mercado financeiro global esteve livre de qualquer controlo político – o que levou à emergência de várias crises, em particular a crise asiática em 1997/98. Hoje, percebemos que a ideia neoliberal de ligar os desafios da globalização, enquanto se maximizam os lucros dos jogadores financeiros globais num ilimitado mercado financeiro global, com a ajuda da intervenção do estado e do controlo democrático, está morta. A Esquerda Europeia reconhece que a dimensão mundial da crise exige respostas universais.

Tem de ser feita uma justa redistribuição da riqueza

para superar a crise. Uma justa redistribuição só pode ser alcançada através da reconstrução da economia com o objectivo de atingir um desenvolvimento ambiental e social sustentável.

Uma nova redistribuição dos rendimentos implica, pelo menos, duas medidas imediatas sobre a livre circulação de capitais:

1. *Todos os movimentos de capital devem ser taxados de acordo com a sua natureza;*

2. *Abolição dos paraísos fiscais.*

A Esquerda Europeia convida todas as forças sociais e políticas que se reconhecem estes objectivos à mobilização da população, multiplicando iniciativas que devem convergir no próximo encontro do G20 agendado para Abril, 2009.

A hegemonia internacional do dólar norte-americano deve ser abolida, que passa pela criação um novo instrumento monetário comum que estabelece os direitos de crédito especiais. A Europa deve associar-se aos países emergentes.

A Esquerda Europeia considera que a específica dimensão europeia da crise exige uma resposta europeia muito diferente da que foi proposta pelos actuais líderes europeus. Esta crise requer muito mais do que o aumento da quantia de capital disponível nos mercados interbancários, empréstimos ou nacionalizações sem quaisquer garantias de benefícios directos para as pessoas ou a antecipação de investimentos já previstos por todos os estados membros.

As políticas de austeridade, nas quais o BCE foi o maior protagonista, falharam completamente. As tentativas de adaptar o modelo social europeu às novas condições da globalização, também falharam. A ajuda dos Estados aos bancos deve estar condicionada à promoção de empregos decentes, ao aumento dos salários e ao combate à pobreza.

A Esquerda Europeia reafirma: As políticas neoliberais que criam trabalho precário massivo e salários baixos estão também a enfraquecer o sistema de crédito internacional e financeiro. Este processo está a desafiar as bases da actual globalização baseada na privatização e desregulação, que os fóruns económicos como o FMI, o Banco Mundial e a OMC impuseram às economias até hoje. Reiteramos que os governos e instituições da UE têm responsabilidade partilhada na crise actual, graças à aplicação de políticas na linha dos Estados Unidos da América e adoptadas sob pressão das bolsas em Londres e Paris. Todos os tratados que mencionam economia de mercado livre, a livre concorrência, devem ser contestados pela necessidade de controlo aos mercados financeiros.

A Esquerda Europeia apela por uma Europa social e democrática. Os princípios da UE, consagrados nos tratados de Maastricht e Amsterdão, e que se baseiam numa visão neoliberal de um mercado livre interno e na liberdade de circulação de capitais, falharam. Este processo não tem sido line-

ar e harmonioso, bem como a centralização de capital que dividiu o continente europeu em áreas estratégicas e periféricas. Este enquadramento deve ser novamente discutido e os parâmetros devem ser alterados, de um compromisso monetário para um compromisso social. Assim, o Pacto de Estabilidade e Crescimento deve ser transformado num Pacto de Solidariedade focalizado no emprego e em preceitos sociais e ecológicos. Um novo modelo baseado na procura interna, no controlo financeiro e na qualificação é o único caminho para a superação da crise. Consequentemente, é necessário erigir novos princípios que facilitem a criação de emprego e um sistema de bem-estar social e ecológico.

Isto requer, por um lado, a implementação de acções políticas europeias imediatas, por outro, um plano a médio e a longo prazo que recoloca o sistema bancário em funcionamento. A Esquerda Europeia luta por:

O aumento dos ordenados, dos benefícios sociais e das pensões em todos os países europeus e pela promoção do emprego. Esta é a única maneira de assegurar a procura interna e estimular o relançamento da economia real.

Pela garantia de que qualquer fundo público tornado disponível aos bancos deve ser sujeito a um controlo das políticas de crédito com a diminuição imediata das taxas de juro. Esta política de crédito deve ter como base um modelo social, ecológico e de desenvolvimento susten-

tável, incluindo a garantia da habitação.

O papel do BCE tem de ser alterado com base nos critérios de crescimento e de empregabilidade, com a descida das taxas de juro. Os estatutos do BCE devem ser modificados, e este deve ser submetido ao controlo público e monetário.

O Pacto de Estabilidade deve ser abolido e substituído por um novo pacto que favoreça o crescimento, o pleno emprego e a protecção social e ambiental.

As operações financeiras devem ser transparentes e alvo de controlo social e público, o que implica, entre outras medidas, a abolição do sigilo bancário e dos paraísos fiscais na Europa. As transacções financeiras e os rendimentos devem ser taxados. Propomos o fim da hegemonia internacional do dólar norte-americano através da criação de um novo instrumento monetário, cuja elaboração dos direitos específicos estão ainda em fase embrionária. A Europa deve associar-se aos países emergentes (como, por exemplo, a América Latina).

A reavaliação das perspectivas financeiras de 2007/2013 com um reforço substancial do orçamento dos programas Europeus de Investimentos nas áreas de promoção do emprego, do desenvolvimento social e do ambiente. A Europa precisa de um orçamento de, pelo menos, 3% do PIB a partir de 2013. Esta transição deve ter início já a partir de 2009.



CONGRESSO KARL MARX

FERNANDO ROSAS: “CRISE DO CAPITALISMO GLOBAL VEM DAR RAZÃO A MUITAS PREVISÕES DO MARXISMO”

A crise do capitalismo global colocou-nos numa nova fase da disputa pela hegemonia das concepções do mundo, em que o marxismo volta a ter um papel central sobre o futuro das sociedades.

Essa é a convicção de Fernando Rosas, com quem o Esquerda falou sobre a realização do Congresso Internacional Karl Marx, que se realizou entre 14 e 16 de Novembro, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade em Lisboa. **TEXTO DE CATARINA OLIVEIRA**

A realização deste congresso internacional em Lisboa, na linha do que tem sucedido noutros países, assinalou a publicação dos Grundrisse, (“Karl Marx’s Grundrisse. Foundations of the Critique of Political Economy 150 Years Later”). Que importância têm estes textos?

Passam este ano 150 anos da escrita dos Grundrisse, que são textos muito importantes dentro do pensamento marxista, sobretudo em torno dos conceitos de acumulação e alienação, alguns dos conceitos centrais que Marx viria a desenvolver. Os Grundrisse foram conhecidos já tardiamente, no

início dos anos 50, e a sua descoberta constitui um aprofundamento muito importante no conhecimento do pensamento marxista. Nesse sentido, em muitos países tomou-se a iniciativa de comemorar os 150 anos dos Grundrisse. Em Portugal juntaram-se três entidades para levar a cabo este congresso internacional: o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, a Cooperativa Culturas do Trabalho e Socialismo – CULTRA e a Transform Europe, rede de associações de intervenção cultural europeia. Tivemos também o apoio do Le Monde Diplomatique e da Fundação para a Ciência e Tecnologia, o

que nos permitiu trazer a Portugal especialistas internacionais no pensamento marxista de reconhecida craveira e organizar este congresso, que julgo que foi marcante para este recomeço do pensamento marxista como instrumento relevante na via social, no pensamento, na intervenção política e cultural do país.

Nas décadas de 80, até início do século XXI deu-se um enfraquecimento da reflexão e abordagens marxistas. Pode dizer-se que assistimos actualmente a um “renascimento” do marxismo?

O que se trava actualmente

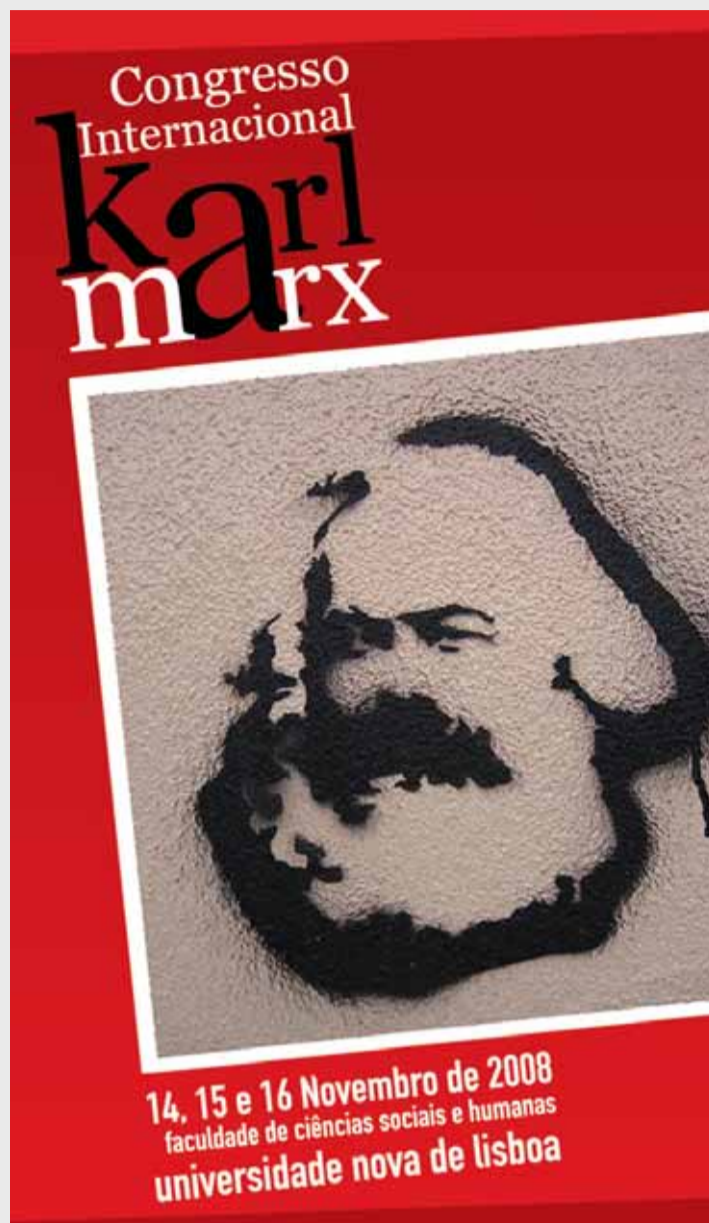
é uma luta pela hegemonia acerca das mundividências. Os anos 80 e 90 foram anos em que o marxismo e a Esquerda em geral perderam a hegemonia no que respeita à forma de encarar, reproduzir e espisar as concepções do mundo e da sociedade, a favor da ideologia neoliberal, do pensamento único e de tudo aquilo que dominou e legitimou o capitalismo global e o neoliberalismo, até aos nossos dias. Ainda antes da crise financeira essa hegemonia já estava a ser questionada. O questionamento dessa ideologia, que acompanha o questionamento do próprio sistema do capitalismo global, e os factos que a crise traduz, vêm dar razão a muitas previsões

e análises do marxismo. Vêm dar razão à necessidade de utilização do marxismo como um instrumento muito importante de análise e intervenção nesta realidade. Entrámos numa nova fase da disputa pela hegemonia das concepções do mundo em que o marxismo volta a ter um papel central naquilo que é o futuro das sociedades.

É sobretudo a crise financeira do capitalismo global que traz a urgência em retornar a Marx?

Não é só a crise financeira e económica. É a alienação, o desemprego, a precariedade, o esvaziamento da democracia. O capitalismo global traz novas formas de sobreexploração

A HISTÓRIA NÃO ACABOU



COMO LEMBROU FERNANDO ROSAS no seu discurso de abertura do Congresso Karl Marx, a crítica e as propostas marxistas estão vivas e actuautes e a História ainda não acabou, como anunciavam alguns arautos de um liberalismo supostamente triunfante após a derrocada do Muro de Berlim. Quase duzentas propostas de comunicação enviadas à organização do Congresso evidenciaram a pertinência da actualidade das abordagens marxistas da sociedade contemporânea, que o interesse revelado por um público numeroso viria a confirmar. Centenas de pessoas assistiram a um congresso com quase 150 comunicações, distribuídas por 50 painéis ou sessões plenárias de discussão: a economia, a crise, os sindicatos, os movimentos sociais, o estado-providência, a precarização do trabalho e da vida, o direito à cidade e ao espaço público, a cultura, o feminismo, o corpo, o desejo, o consumo, o materialismo, a história, a memória ou a dialéctica foram tópicos que animaram intensos debates, reveladores da actualidade das formulações marxistas e do seu imprescindível contributo para a compreensão e transformação das sociedades contemporâneas. Participaram no evento oradores vindos de Portugal, Brasil, Espanha, França, Itália, Reino Uni-

do, Alemanha, Noruega, Finlândia e Áustria: o regresso das abordagens marxistas ao centro da crítica do capitalismo moderno vai ocorrendo por todo o Mundo e Lisboa foi durante estes três dias um ponto de encontro, discussão e convívio entre pessoas, de várias gerações, que partilham da urgência de transformação social. A pluralidade de intervenções, representativas de várias correntes que se afirmam da herança marxista, e a heterogeneidade do público, foram a expressão do carácter de abertura e grande diversidade de contributos que animou a realização de um congresso aberto a todas as opiniões e posicionamentos da esquerda marxista. O resultado foi evidentemente positivo para todos aqueles que participaram no congresso, partilhando ou adquirindo novas contribuições teóricas para as lutas sociais da actualidade, criando novas cumplicidades ou explorando novas formas de colaboração para a intervenção política quotidiana. O pensamento de Marx está bem vivo e a crise económica actual salienta a sua pertinência. Para daqui a dois anos ficou prometida nova edição do Congresso Karl Marx.

Texto de João Romão (membro da Comissão Organizadora do Congresso Karl Marx).

e de esvaziamento e ataque à democracia. É toda essa sociedade concebida pelo neoliberalismo que está em causa. Acredito que estamos a viver uma segunda crise histórica do sistema liberal, que tem esta expressão na crise económica e financeira do sistema capitalista, vai suscitar um grande debate acerca das alternativas, no qual o pensamento marxista volta a ter um papel de grande relevância nas respostas a dar. Este congresso convocou à reflexão sobre as respostas a dar, no quadro da actualidade do pensamento marxista. O colóquio funcionou como assembleia para o debate de todas as questões, sem preocupações de chegar a conclusões mas no sentido de haver um grande debate e uma grande troca inteiramente livre de ideias. Serviu para se “tomar o pulso” a este recomeço da influência do papel que o pensamento marxista pode ter na resposta à situação actual.

Existe um défice geral do pensamento crítico na análise da sociedade em que vivemos, que reclame a ideologia marxista?

Há de facto uma crise da ideologia dominante que legiti-

mou o neoliberalismo. Quando este se começa a esfarelar, e se traduz no aumento do desemprego, da precariedade, ataque aos direitos fundamentais, crise e ruptura económica, mentira sobre o progresso tecnológico e material, ou seja quando esta civilização começa a ser posta em causa pela crise do próprio sistema, as ideologias que o têm defendido também são postas em causa. Não é por acaso que todos os campeões de ontem da economia livre e do mercado, de repente acordaram hoje intervencionistas e reguladores. Há uma crise dos valores essenciais que legitimaram no campo da economia, filosofia, do pós-modernismo, nesta grande destruição ideológica que preparou a ofensiva neoliberal. Os fundamentos desta filosofia entraram em crise. É natural que as propostas do marxismo, pensado à luz das propostas de hoje, actualizado, de um marxismo absolutamente longe de cartilhas rígidas ou sectarismos, pensado com grande pluralismo e liberdade, tenham um papel a desempenhar nesta nova fase.

Poderá surgir no futuro uma nova “procura de Marx”, do ponto de vista

político?

O marxismo, como filosofia de conjunto sobre a sociedade, apresenta soluções globais. Soluções políticas, económicas, ideológicas, de conjunto para a sociedade, ainda que diferentemente interpretadas. Nesse sentido, o advento de propostas políticas de cariz marxista está na ordem do dia.

Acredita que a grande adesão a este congresso internacional, em termos de propostas de comunicações e participações traduz a força desse regresso ao marxismo?

O marxismo nunca morreu. Houve, no entanto, uma adesão muito surpreendente a este congresso. Tivemos cerca de 200 propostas de comunicação, seleccionámos cerca de 160, que distribuámos por 48 painéis e 4 sessões plenárias. Foi um congresso muito difícil de organizar devido à extraordinária e imprevista adesão de pessoas de todos os países. Muitas de Portugal mas do Brasil tivemos cerca de 70 propostas, Espanha, França, Itália e praticamente toda a Europa ocidental representada.

O questionamento dessa ideologia, que acompanha o questionamento do próprio sistema do capitalismo global, e os factos que a crise traduz, vêm dar razão a muitas previsões e análises do marxismo. Vêm dar razão à necessidade de utilização do marxismo como um instrumento muito importante de análise e intervenção nesta realidade.

BLOCO TERMINA ENTENDIMENTO COM JOSÉ SÁ FERNANDES

LUSA / TIAGO PETINGA



A Assembleia Concelhia do Bloco/Lisboa aprovou o fim do entendimento com o vereador independente José Sá Fernandes. Na moção aprovada com apenas seis votos contra e uma abstenção constata-se uma mudança de atitude do vereador em relação ao programa que foi submetido ao voto dos lisboetas, “tendo desaparecido o provedor dos cidadãos em benefício do alinhamento com a maioria do executivo municipal”.

No documento aprovado, o Bloco de Esquerda não deixa de assinalar os aspectos positivos do mandato do actual

executivo camarário, entre as quais o início do Orçamento Participativo e a integração de centenas de trabalhadores a recibo verde nos quadros da autarquia. Contudo, constata-se que “o estado de execução do acordo de políticas estabelecido para a CML é de grande atraso em diversos aspectos centrais para uma mudança na cidade”.

O Bloco/Lisboa critica o executivo por não travar a batalha por uma política anti-especulativa para a habitação, pelo “atraso irreparável” na reestruturação das empresas municipais, ou por ser con-

vente com a “concessão sem concurso de uma extensão do prazo de negócio da Liscont/Mota-Engil no terminal de Alcântara”, demonstrando “uma grave cedência aos interesses económicos que colonizam a cidade de Lisboa.”

A conclusão dos militantes bloquistas da capital é que José Sá Fernandes não defendeu na Câmara Municipal a generalidade das propostas do programa eleitoral “Lisboa é Gente”, e como tal, “por respeito aos eleitores de Lisboa”, o entendimento com José Sá Fernandes “está terminado”.

BLOCO QUER SUSPENSÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROFESSORES



O Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda agendou um debate de urgência com a ministra da Educação e entregou na Assembleia da República um projecto de resolução com vista à suspensão do actual modelo de avaliação de professores, considerado “burocrático e inadequado” e responsável pela instabilidade e “pandemónio” que se vive nas escolas.

Em alternativa, o Bloco propõe “a adopção faseada de um novo modelo de Avaliação de Escolas e Docentes, formativo, integrado e participado”. A instabilidade que se vive nas escolas, com reuniões intermináveis e inúmeras fichas e grelhas para conceber e preencher, tem prejudicado a qualidade do ensino. Isso mesmo levou já muitas escolas a exigir a suspensão do actual modelo de avaliação de professores. Perante a evidente “burocracia” e “danos profundos criados nas escolas” o Bloco de Esquerda defende a suspensão imediata do actual modelo de avaliação.

No Projecto de Resolução entregue na Assembleia da República lê-se que “é hoje evidente que a forma não negociada e a incoerência técnica do modelo, afogando as instituições em actividades e rotinas que, não só não são entendidas, como prejudicam o trabalho com os alunos, é responsável pela desestabilização generalizada das escolas portuguesas” E acrescenta-se: “É hoje indelével que este processo impraticável está a provocar danos profundos no quotidiano das escolas, com graves consequências para a qualidade das práticas de ensino e aprendizagem.”

O documento lembra que “a experiência de “avaliação teste”, realizada pelo Agrupamento de Escolas D. João II, em Santarém, estima que um estabelecimento de ensino com 130 professores requer um total de 1.560 horas por ano para implementar o processo de avaliação vigente”, número totalmente desengadado da realidade dos horários dos professores.

Em alternativa ao actual modelo, o Bloco defende um processo de avaliação faseado que articule a avaliação externa das escolas com a avaliação dos professores. Assim, assumindo que “o sucesso educativo é uma missão de equipa”, o Bloco quer que “até ao final do ano lectivo em curso, as escolas elaborem um plano estratégico de promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar”.

Quanto à avaliação individual dos docentes, o Bloco propõe uma combinação da avaliação entre pares com a avaliação externa. “A distinção clara entre a avaliação interna e efectuada por pares, que não pode ultrapassar a vertente formativa nem produzir efeitos aceleradores ou penalizadores sobre a carreira, e a sua articulação com a avaliação externa e integrando outros parceiros, devidamente qualificados, que poderá assumir aquelas componentes”, conclui o documento.

BREVES DO BLOCO

AÇORES: BLOCO TRIPLICA VOTAÇÃO E ELEGE DOIS DEPUTADOS



O Bloco de Esquerda, foi o partido que mais subiu nestas eleições regionais, triplicando a votação, passando de 0,97% para 3,3%, posicionando-se como quarta força política açoriana e elegendo dois deputados pelo círculo regional de compensação. Zuraída Soares e José Cascalho (ver entrevista nesta edição do “Esquerda”) serão os parlamentares bloquistas na Assembleia Legislativa Regional dos Açores (ALRA). Destaca-se aqui a duplicação de votos no Círculo da Terceira, a triplicação no Círculo do Faial e a quadruplicação no Círculo de S. Miguel. “Tudo faremos, na ALRA e fora dela, para honrar este voto de confiança, na luta pelos direitos das mulheres, contra as desigualdades sociais, na defesa dos serviços públicos de qualidade, por uma escola inclusiva para professores e alunos, pela transparência na utilização dos dinheiros públicos e por uma nova ambição para o desenvolvimento dos Açores”, disse o comunicado dos bloquistas açorianos logo após a confirmação do resultado eleitoral. Na primeira reunião após as eleições, a Coordenadora Regional do Bloco/Açores exigiu ao novo governo de Carlos César que apresente no seu programa “medidas concretas, de índole económica e social, de combate às dificuldades e carências de quem precisa. Fechar os olhos à realidade, para além de uma irresponsabilidade política, é castigar os mais desfavorecidos”.

CÓDIGO DO TRABALHO EM DESTAQUE NO PARTICIPACÇÃO

Está disponível na net o boletim do Bloco para as questões laborais. O Código de Trabalho, a flexibilidade dos horários e o banco de horas, e a situação laboral na banca e no comércio são os temas em destaque. Pode lê-lo na secção “Trabalho” em www.bloco.org

BLOCO/MADEIRA QUER NOVAS POLÍTICAS PARA A TOXICODEPENDÊNCIA



A Madeira é uma região onde não se aplica a lei da descriminalização do consumo, por ordem de Alberto João Jardim. O consumidor é encarado como um criminoso e por isso os técnicos têm mais dificuldade em contactar e iniciar o tratamento de muitos toxicodependentes perseguidos na Região. O Bloco/Madeira fez uma campanha política com cartazes, debates e propostas concretas para virar de vez a página das políticas repressivas e incompetentes.

BLOCO LANÇA ECOBOLETIM ELECTRÓNICO

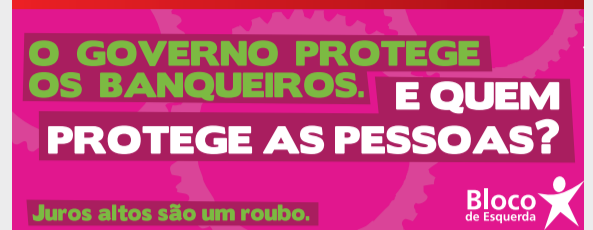


Quem quer conhecer as principais notícias sobre ambiente e ecologia, actualizadas diariamente, ou as opiniões de activistas e os vídeos de iniciativas, não dispensa uma visita ao Ecoblogue. A boa notícia é que a partir de agora os destaques da semana serão reunidos num boletim enviado por correio electrónico aos subscritores. Para a receber, basta ir a www.ecoblogue.net e preencher o formulário

JOVENS LANÇAM CAMPANHA NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS

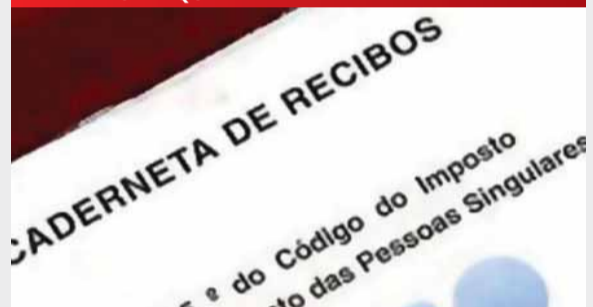
Os jovens do Bloco iniciaram uma campanha de propaganda junto das escolas secundárias de norte a sul do país. O folheto apela ao combate ao autoritarismo da ministra da Educação, bem como ao fim do regime de faltas. Os jovens do Bloco defendem a disciplina de educação sexual e um máximo de 22 alunos por turma. Lê em www.blocomotiva.net

NOVO OUTDOOR: JUROS ALTOS SÃO UM ROUBO



O novo cartaz do Bloco critica a política do governo de usar os dinheiros públicos para multiplicar as ajudas à banca enquanto a população sofre com o aumento do juro no crédito à habitação. “Juros altos são um roubo”, diz o novo outdoor do Bloco, que denunciou ainda o atraso dos bancos em fazer reflectir a baixa internacional dos juros na conta dos portugueses endividados no crédito à habitação.

BLOCO/ALMADA DENUNCIA PRECARIÉDADE LABORAL NA AUTARQUIA



Depois de ver chumbadas várias moções sobre os falsos recibos verdes na autarquia, o Bloco voltou a denunciar a situação dos trabalhadores precários da Câmara de Almada, uma situação que a presidente e a maioria CDU insistem em negar mas que os documentos da própria autarquia confirmam. Também a Comissão de Trabalhadores tem alertado para esta ilegalidade sem solução à vista.

BLOCO/VILA DO CONDE CONDENA ISENÇÕES A HOSPITAL PRIVADO

A maioria PS no Executivo vilacondense propôs cinco anos de isenções fiscais à empresa que pretende construir um hospital privado no concelho, o que gerou grande polémica na Assembleia Municipal de Vila do Conde. O Bloco votou contra e defendeu que estava aberto à concessão de benefícios fiscais a empresas que promovam o aumento de emprego estável, que tenham práticas ambientais correctas e apostem nas energias renováveis.

O ESPECTRO DE WALL STREET

O CRASH FINANCEIRO E A CRISE DE SOBREPRODUÇÃO



CRISE FINANCEIRA: CONFERÊNCIA DE LOUÇÃ PUBLICADA

“O Espectro de Wall Street - O crash financeiro e a crise de sobreprodução” é o título da conferência proferida por Francisco Louçã, que também pode ser ouvida na secção de rádio em www.esquerda.net. O objectivo desta sessão foi apresentar de uma forma simples uma interpretação dos principais factores da crise financeira. Agora, o Bloco editou uma brochura que transcreve a apresentação de Louçã. Pede a tua na sede do Bloco ou lê-a em www.bloco.org



AS PESSOAS ESPERAM QUE O BLOCO SEJA UMA VOZ DIFERENTE NA ASSEMBLEIA REGIONAL DOS AÇORES

Nas eleições legislativas regionais dos Açores, realizadas a 19 de Outubro de 2008, o Bloco de Esquerda foi o único partido que subiu em número de votos, triplicando o resultado obtido em 2004 e elegendo dois deputados (Zuraida Soares e José Cascalho) para a Assembleia Regional. Neste número do jornal Esquerda entrevistamos José Cascalho. [ENTREVISTA DE CARLOS SANTOS](#)

Em primeiro lugar, peço-te uns dados mínimos sobre ti. Sabemos que és professor universitário...

José Cascalho (JC): A minha idade é 41 anos, nasci em Lisboa, vivo aqui na Terceira, nos Açores, com a minha família há dez/onze anos. A minha formação é engenharia e dou aulas de educação neste momento.

Estavas à espera de ser eleito?

JC: Não estava não.

Que achas dos resultados destas eleições?

JC: São resultados surpreendentes por um lado, pelo Bloco ter tido tantos votos. Mas por outro lado são um pouco assustadores, porque houve pouca participação das pessoas.

Houve uma votação inferior a 50%, isso significa é preciso fazer um trabalho político junto das pessoas, para que percebam

que a política é importante para elas.

Porque achas que há essa abstenção tão grande?

JC: Não sei bem as razões da abstenção. Nos Açores a abstenção sempre foi muito elevada.

Há algum descontentamento, como é óbvio, e acho que as pessoas também estão preocupadas com a sua vida com o seu dia-a-dia e não acreditam muito que ele melhore, penso eu.

Aqui nos Açores, as pessoas vivem muito no seu mundo, no seu espaço fechado, e as relações estabelecem-se, sobretudo nas ilhas mais pequenas, entre as pessoas que estão à volta e resolvem-se os problemas desta maneira.

Os políticos, de uma maneira geral, estão muito longe das pessoas, muito afastados da realidade, acho eu.

O que achas que vai mudar com a eleição de dois deputados do Bloco de Esquerda?

JC: Vão haver questões colocadas que não o eram antes e isso é muito importante. A diversidade é muito importante...

Por exemplo...

JC: Há questões pelas quais o Bloco sempre tem lutado. Uma delas é a questão das Lajes, que é muito incómoda para a região: os direitos dos trabalhadores das Lajes não têm sido defendidos. Outra questão tem a ver com o modelo económico. O nosso modelo económico de desenvolvimento é baseado muito na construção civil e nos subsídios e é preciso pensar no futuro, porque eventualmente os subsídios europeus vão acabar. É preciso pensar como é que a sociedade açoriana pode modificar a sua

estrutura produtiva, de forma a que possa ter mais autonomia e não depender tanto dos subsídios.

Há um conjunto de coisas que é preciso repensar para que o futuro seja melhor aqui nos Açores, não quer dizer que não tenha havido evolução, não quer dizer que não hajam iniciativas interessantes do governo relativamente a certas coisas, mas é preciso pensar no futuro e numa maior sustentabilidade da região e sobretudo apostar também na questão da formação.

A formação é um aspecto muito importante, ela é muito baixa nos Açores. É preciso aumentar o número de pessoas que são licenciadas e isso implica que é preciso estabelecer um plano político, um objectivo político, que relativamente à educação tem que ser necessariamente ambicioso, numa região como esta.

Desde o dia em que foste eleito o que mudou na tua vida e na relação com as pessoas?

JC: As pessoas têm-me cumprimentado e dado os parabéns. De uma forma geral, esperam alguma coisa do Bloco de Esquerda, esperam que seja uma voz diferente.

Há outras pessoas que esperam que eu defenda a ilha Terceira, muitos terceirenses dizem isso, para eles isso significa que a ilha não seja posta de lado ou que os serviços não fujam todos para São Miguel... Sempre houve aqui nos Açores uma disputa sobre qual devia ser a ilha que devia ter o poder, quem devia governar e quais os serviços que deviam estar numa ilha ou noutra. Isso é uma questão muito latente aqui nos terceirenses

De uma maneira geral as pessoas têm sido muito positivas.